



Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir – (CPP).

Mostra Local de: Curitiba e Região Metropolitana

Categoria do projeto: I – Projetos em andamento (projetos em execução atualmente)

Nome da Instituição/Empresa: Prefeitura Municipal de Curitiba

Cidade: Curitiba-PR.

Contato: cpp@sme.curitiba.pr.gov.br

Autor (es): Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria Municipal da Educação (SME) e da Secretaria Municipal da Defesa Social (SMDS).

Equipe: •Inspetor Nelson de Lima Ribeiro – Chefe de Operações da Defesa Civil - Especialista em Defesa Civil

•Maria Cristina Brandalize – Diretora do Departamento de Logística da SME – Psicóloga

•Inspetor João Batista dos Santos – Coordenador Técnico de Defesa Civil

Parceria: Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal da Defesa Social

Objetivo(s) de Desenvolvimento do Milênio trabalhado(s) pelo projeto:

RESUMO

O objetivo é a implementação, na Rede Municipal de Ensino, de práticas de prevenção a qualquer tipo de emergências e estímulo dos bons hábitos de proteção, minimizando prejuízos e danos, propiciando segurança e preservação à vida da comunidade escolar, com ênfase às crianças e estudantes.

As crianças e estudantes recebem informações sobre a percepção de riscos, meios de prevenção, conceitos de defesa civil e conhecem os principais fenômenos naturais, deste modo, despertando nos futuros agentes mirins de defesa civil, a consciência de preservação do meio ambiente, prioritariamente dos recursos naturais: água, ar e solo. Professores, Educadores e Funcionários das unidades participantes são capacitados em Prevenção e Combate a Incêndios e Primeiros Socorros. Seu ápice é a simulação de abandono seguro do local em situações emergenciais, priorizando a vida.



Palavras-chave: Defesa, Educação, Conhecer, Prevenir, Proteção

INTRODUÇÃO

Através do Decreto Federal n.º 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, foi organizado o Sistema Nacional de Defesa Civil, buscando, assim, a perfeita consonância com os preceitos da doutrina nacional de proteção global das populações.

No Município de Curitiba, a Defesa Civil foi criada pela Lei Municipal n.º 6.725, de 18 de Setembro de 1985, Decreto Municipal n.º 219, de 21 de Março de 1986, quando foi estabelecida a Comissão Municipal de Defesa Civil (Comdec).

Em 2005, tendo como orientação as diretrizes da Política Nacional de Defesa Civil a serem adotadas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil e estabelecimento dos princípios fundamentais sobre o assunto, em âmbito municipal, foi criada, através da Lei Municipal 11645, a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Curitiba (Comdec Curitiba), para atuar na prevenção de riscos, preparação frente a ameaças, bem como na resposta aos desastres e recuperação do cenário atingido, caso estes venham a se concretizar, articulando a sociedade e o poder público para o bem-estar social. Também, nesse mesmo ano, iniciou o Projeto Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir (CPP).

1. JUSTIFICATIVA: A falta de ação preventiva e preparação para os desastres é um problema citado por todos os operadores da defesa civil mundialmente. As pessoas no mundo inteiro se acostumaram a viver sem se preocupar com os bons hábitos de auto-proteção e segurança coletiva.

O ambiente escolar também sofre com isso pois, tanto professores, funcionários e os próprios estudantes, não possuem uma cultura de prevenção e nem tampouco, percebem o risco do ambiente em que se encontram. Diante disso, se faz necessário que, a partir do ambiente escolar, haja a propagação desse conhecimento em Defesa Civil, Percepção de Risco e Cuidados com o Ambiente em que estudam, trabalham e vivem, proporcionando maiores e melhores chances para a preservação da vida e minimização dos danos e prejuízos que possam vir a ocorrer, diante de possíveis Incidentes ou Desastres.

2. OBJETIVO GERAL: Implementar, na Rede Municipal de Ensino, práticas de prevenção contra acidentes e outros tipos de emergências, preparando a comunidade escolar, crianças e estudantes, estimulando bons hábitos de auto-proteção.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: •Promover a mudança cultural através da educação, esclarecimento e orientação, a respeito da conceituação e importância das atividades de defesa civil, utilizando a unidade escolar como foco irradiador.

MOSTRA DE PROJETOS

- Oferecer subsídios didático-pedagógicos para divulgar os fundamentos de Defesa Civil com vistas, sobretudo, à prevenção de acidentes e emergências nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e na comunidade.
- Preparar a comunidade escolar para enfrentar situações de emergências causadas por acidentes nas unidades, a fim de evitar danos e prejuízos.
- Motivar a comunidade a se envolver em todas as fases da defesa civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), propiciando a auto-proteção da população.

4. METODOLOGIA: 1º. Reunião inicial do Grupo Gestor

2º. Capacitação da Equipe Gestora Regional

3º. Reunião com a Direção da Unidade

4º. Sensibilização e Orientação das Equipes (Combate, Socorro e Abandono)

5º. Apresentação às crianças e estudantes

6º. Apresentação aos familiares

7º. Apresentação aos vizinhos da Unidade

8º. Realização de atividades pedagógicas

9º. Capacitação aos servidores que compõe as Equipes (Combate, Socorro e Abandono)

10º. Realização de Exercícios e Simulados

11º. Evento anual de encerramento

12º. Reunião de Avaliação do Grupo Gestor

5. MONITORAMENTO DOS RESULTADOS: Ao final do ano letivo, todas as Unidades de Ensino da SME, com o CPP implantado, preenchem uma tabela chamada de “Perfil das Unidades”. Essa tabela indica, através de dados estatísticos, o público atingido, a evolução do CPP, o monitoramento das ações a serem realizadas, bem como serve de base de dados para implementação de novas capacitações e se as metas foram atingidas.

Também são realizadas reuniões programadas para avaliação dos resultados. Sendo as seguintes reuniões programadas ao longo do ano letivo:

- Reunião do Grupo Gestor, realizada no início do ano letivo
- Reunião com a Direção das Unidades, realizadas no primeiro semestre
- Reuniões bimestrais com os Coordenadores Regionais do projeto
- Evento anual de encerramento das atividades do ano, realizado em Novembro ou Dezembro
- Reunião de Avaliação do Grupo Gestor, realizado em Dezembro

MOSTRA DE PROJETOS

- Avaliações dos exercícios simulados realizados mensalmente

Outro indicador são os testemunhos das Diretoras das Unidades que utilizaram os conceitos e orientações do CPP diante de incidente ou acidente que ocorrera no local. Elas puderam colocar em prática as ações do CPP e evitaram a ocorrência de prejuízos e a perda de vidas humanas no local, principalmente crianças e estudantes da Rede Municipal de Ensino.

6. VOLUNTÁRIOS: Constatamos com voluntários da Secretaria Municipal da Educação e da Secretaria Municipal da Defesa Social, os quais são definidos no início de cada ano letivo. A promoção se dá pela explanação, enfatizando a importância e efetividade do Projeto aos pretensos voluntários.

7. CRONOGRAMA: Em 2005 o projeto começou a ser realizado nas unidades do Núcleo Regional da Educação na Matriz, como projeto piloto. Os resultados foram tão bons que se decidiu ampliá-lo a toda Rede Municipal de Ensino.

Nesse mesmo ano, foi preparado um projeto técnico prevendo a realização de atividades pedagógicas para as crianças e estudantes, o material de apoio (cartilha do CPP) bem como, montagem de Planos de Preparação para Emergências Locais – PPEL, nas unidades da Secretaria Municipal da Educação.

Em 2007 com a primeira etapa, ocorreu o lançamento do Programa em 22 unidades da Secretaria Municipal de Educação. O projeto foi preparado, inicialmente, para a principal ameaça eleita pela equipe da Unidade, o incêndio. Logo, o Plano inicial se conduziu para definir as ações no caso deste incidente ocorrer nos ambientes escolares.

No ano seguinte, 2008, o projeto foi ampliado para mais 31 unidades, totalizando 53 unidades implantadas e desenvolvendo o Plano de Preparação para Emergência Local para utilização em qualquer incidente ou desastre.

Em 2009, o projeto foi implantado em mais 29 unidades, totalizando 82 unidades implantadas.

No ano de 2010, totalizou-se a implantação em 111 unidades. Nesse ano, foi lançado o “Jogo Gigante”, que era uma réplica, em tamanho gigante, do jogo infantil que se encontra na Cartilha do CPP.

Já em 2011, a implantação do projeto alcançou 151 unidades com o projeto implantado.

Em 2012, houve uma grande adesão para implantação do projeto, tendo mais 60 unidades com o projeto implantado, totalizando 211 unidades beneficiadas. Também

MOSTRA DE PROJETOS 2013

nesse ano, foi lançada a ideia da definição de um Mascote para o CPP, sendo definido que cada regional escolheria o seu Mascote.

Nesse ano de 2013, a adesão ao projeto bateu o Recorde, com mais 66 unidades com a implantação, alcançando 277 unidades com o CPP implantado, mais de 221.000 pessoas beneficiadas e aproximadamente 41.000 crianças e estudantes orientados. Também foram definidos os 10 Mascotes do CPP.

9. ORÇAMENTO: Valor anual do curso de combate à incêndio R\$ 26.623,36
Valor anual de aquisição de BIEs R\$ 2.250,00
Valor anual dos cones de sinalização R\$ 38.988,00
Valor anual de aquisição de extintores R\$ 3.304,05
Valor anual de recarga de extintores R\$ 18.736,00
Valor anual das cartilhas (pesquisar última aquisição) R\$ 20.000,00
Valor anual e aproximado dos Kits de sinalização R\$ 150.428,30
Valor de aquisição de empresa gráfica para confecção das carteirinhas: R\$32.500,00

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Todo ano, em virtude do sucesso alcançado, há novas Unidades que desejam a implantação do Projeto. Como há uma metodologia de implantação e manutenção já bem definida, bem como a definição do Grupo Gestor, o CPP é facilmente aplicável às novas Unidades e a manutenção das atividades, naquelas Unidades já implantadas nos anos anteriores, é de forma simples realizada. Para tanto é muito importante definir um Grupo Gestor e capacitá-lo para isso. Esse Grupo é que define as metas do ano, registra as atividades desenvolvidas e avalia os resultados alcançados.

REFERÊNCIAS

- Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996
- Decreto Federal n.º 5.376, de 17 de fevereiro de 2005
- Lei Municipal n.º 11.645 de 22 de dezembro de 2005
- Decreto Federal n.º 7.257 de 04 de agosto de 2010
- Lei Federal n.º 12.608 de 10 de abril de 2012